

## TRIANGULISMOS E A SINTAXE DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Jairo Nunes (Universidade de São Paulo)

Resumo: Este trabalho examina algumas expressões congeladas do português brasileiro, enfocando um dialeto mineiro, em particular, e mostra como suas aparentes idiossincrasias são na verdade reflexo de duas propriedades marcantes do português brasileiro, a saber, seu sistema eminentemente proclítico de colocação pronominal e a marcação de plural dentro do sintagma nominal apenas no determinante.

### 1. Introdução<sup>1</sup>

Neste trabalho discuto alguns anedóticos casos de “mineirismos” e argumento que esses exotismos ou refletem propriedades gramaticais que diferenciam fundamentalmente o português brasileiro (PB) do português europeu (PE) ou são fósseis lingüísticos que retratam estágios anteriores da constituição da gramática do PB atual. Vários dos casos a serem discutidos abaixo também são encontrados em outros dialetos (de Minas ou de outras partes do Brasil), mas, tomados em sua totalidade, os dados são característicos do dialeto falado no

---

<sup>1</sup> Este trabalho está associado às pesquisas desenvolvidas dentro dos Projetos “A Sintaxe do Português” (CNPq, processo n.º 401148/2006-8) e “Sintaxe Gerativa do Português Brasileiro na Entrada do Século XXI: Minimalismo e Interfaces” (FAPESP, processo n.º 2006/00965-2). Uma primeira versão foi apresentada em julho de 2005 durante o 35<sup>o</sup> Seminário do GEL, realizado na Universidade Federal de São Carlos. Gostaria de agradecer Juanito Avelar, Ana Maria Martins, Ilza Ribeiro e Raquel Santos por sugestões e comentários.

Triângulo Mineiro ou, para ser mais preciso (e homenagear a minha terra natal!), em Conceição das Alagoas.

O trabalho está organizado da seguinte forma. A seção 2 discute “triangulismos” no domínio do sintagma verbal e a seção 3, “triangulismos” no domínio do sintagma nominal. Algumas breves considerações finais são então apresentadas na seção 4.

## 2. Triangulismos no Domínio do Sintagma Verbal

É consenso na literatura que PB tem basicamente um sistema proclítico, enquanto PE tem um sistema misto que admite próclise ou ênclise, a depender de certos condicionamentos (Pagotto 1993, Martins 1994 e Galves 2001, entre outros). A ênclise em PB está indissociavelmente relacionada a escolarização e seu “aprendizado” mais se equipara à aquisição de segunda, que de primeira língua.

Tendo isso em conta, examinemos as expressões congeladas em (1).

- (1) a. bem-te-vi  
b. Acabou-se o que era doce.  
c. Abre-te Sésamo.

(1a) reflete o padrão proclítico de PE desencadeado pela presença de advérbios de ênfase (Martins 1994). Em PE *bem* em *bem te vi* não é interpretado como advérbio de modo, mas como marcador de ênfase. A reanálise de *bem te vi* em PB como um novo item lexical é,

portanto, totalmente compatível com seu sistema proclítico.<sup>2</sup> Esse, porém, não é o caso das ênclises excepcionais de (1b) e (1c).

Em relação a (1b), o que parece ter contribuído para a manutenção dessa expressão congelada em PB foi a rima entre *acabou-se* e *doce*, desencadeada pela redução do ditongo no verbo. Curiosamente, há um outro exemplo em que uma rima preserva uma estrutura que já não faz mais parte da gramática de PB moderno. Trata-se do xingamento em (2).

(2) Vai à puta que o pariu.

Como demonstram vários estudos, os clíticos acusativos *o(s)/a(s)* em PB são aprendidos via escolarização e são infreqüentes (ou simplesmente inexistentes) em registro informal (Duarte 1986, Corrêa 1991 e Nunes 1993, entre outros). Por que, então, a preservação do clítico em (2), que definitivamente nada tem de formalidade? Presumivelmente porque a ditongação entre a vogal do complementizador e o clítico ([kiw]) gerou uma rima com o verbo, contribuindo para a manutenção de (2) como expressão congelada em vários dialetos do PB. Evidência de que a presença do clítico em (2) é determinada pela rima é o fato de a sentença em (2) poder ser endereçada – grosseria à parte – a interlocutores do sexo feminino, o que seria incompatível com o gênero de *o*.

---

<sup>2</sup> Agradeço a Ana Maria Martins (comunicação pessoal) por ter me chamado a atenção para a estrutura de *bem-te-vi*. Reanálise semelhante à verificada em (1a) parece também ter ocorrido com *bem-me-quer* e *mal-me-quer*, como me apontou Juanito Avelar (comunicação pessoal).

Na verdade, a manutenção de *o* em (2) por razões puramente fonológicas tem conseqüências bem inusitadas. Em sua interpretação de insulto, o clítico em (2) deve ser tomado como sendo de segunda pessoa, como a variante em (3) torna explícito.

(3) Vai à puta que te pariu

Com isso em mente, consideremos agora a variante em (4) abaixo, em que o clítico de (2) é apagado. (4) envolve um objeto nulo dentro de uma configuração de ilha (a oração relativa), tipo de construção que tem levado pesquisadores a propor que a categoria vazia na posição de objeto em PB deve ser analisada como *pro*, um pronome nulo (Cyrino 1993, Ferreira 2000 e Galves 2001, entre outros) ou como um clítico nulo (Kato 1993). Mas, crucialmente, essa categoria vazia é interpretada como sendo de *terceira* pessoa. Em outras palavras, o total esvaziamento semântico de *o* em (2) levou à variante em (4), que, tomada literalmente, deixa de ser necessariamente um insulto, pois, do ponto de vista sintático, o objeto de *parir* não pode ser interpretado como se referindo ao interlocutor.<sup>3</sup> Como deveríamos esperar, uma vez que objetos nulos em PE não são admitidos dentro de ilhas (Raposo 1986), (4) não é aceitável em PE.

---

<sup>3</sup> Conforme me apontou Raquel Santos (comunicação pessoal), o fato de (4) não conter um pronome de segunda pessoa na posição de objeto (foneticamente realizado ou nulo) pode ter embasado o surgimento da interjeição em (i), em que o verbo é usado intransitivamente.

(i) Puta que pariu!

(4) Vai à puta que pariu.

Voltando ao paradigma em (1), resta discutir o que pode ter contribuído para a preservação de (1c). Minha resposta aqui vai ser baseada em minha história pessoal. Para mim, foi uma surpresa total descobrir via escrita que a caverna do Ali Babá se chamava *Sésamo* e não *Tisésamo*. A surpresa é, na verdade, bastante compreensível. Primeiro, porque em mineirês a queda de reflexivos é bastante expressiva (d'Albuquerque 1984, entre outros); portanto, não haveria nenhuma pressão para que *te* fosse interpretado com um clítico reflexivo em (1c). Segundo, porque tanto *Sésamo* quanto *Tisésamo* podiam muito bem passar por palavras mágicas desconhecidas (talvez por explorarem o padrão de acento proparoxítono, que é o menos comum em português). Com a ajuda desses dois fatores, o sistema proclítico do PB entrou em ação e fez com que o clítico de (1c) fosse reanalisado como parte da palavra seguinte, gerando (5).

(5) Abre Tisésamo!

Não saberia dizer se muitas outras crianças adquirindo PB fizeram essa reanálise específica,<sup>4</sup> mas meus conterrâneos triangulinos definitivamente aplicaram reanálise semelhante à ocorrida em (5) às expressões congeladas em (6).

(6) a. Que me importa!

---

<sup>4</sup> Juanito Avelar (comunicação pessoal) me relata que, enquanto criança, sempre ficava intrigado por que o tio da história, o Ti-Sésamo, nunca aparecia para abrir a caverna.

b. Importa-me lá!

As duas sentenças são aceitáveis e variantes uma da outra em PE, enquanto só a primeira é aceitável em PB. Duas hipóteses poderiam explicar essa diferença entre PE e PB: a) a expressão em (6b) é uma inovação recente de PE e não fez parte da base lingüística que deu origem a PB; b) as duas expressões existiam tanto em PE quanto em PB, mas com o desenvolvimento do sistema proclítico de PB, (6b) desapareceu. O português triangulino dispõe de uma terceira variante, como se vê em (7) abaixo, que vem decidir essa questão em favor da segunda hipótese. Crucialmente, o segundo clítico forma uma unidade fonológica com o advérbio e não com o verbo.

(7) Que me importa me-lá!

Em outras palavras, (7) sugere que, diante das duas expressões congeladas em (6), uma geração de triangulinos que já havia adquirido o sistema proclítico reanalisou a seqüência *me lá* de (6b) como uma única palavra.<sup>5</sup> Uma vez que essa palavra não tem significado

---

<sup>5</sup> Isso é consistente com o fato de triangulinos idosos (entre eles, a minha avó) ainda manterem uma forma reduzida de (6b) como em (i), como me apontou Iraci El Messih (comunicação pessoal). Crucialmente, o clítico em (i) também se apresenta fonologicamente apoiado no advérbio.

(i) Porta me-lá!

independente, (6b) e 6a) se fundiram (talvez para se manter o significado original), gerando (7).

Esse tipo de reanálise também é o que está por trás de sentenças como (8) abaixo, que aparentemente também apresenta um caso excepcional de ênclise. Pondo-se de lado a representação ortográfica, *se* em (8) está na verdade fonologicamente proclítico ao advérbio e não enclítico ao verbo, como fica claro em (9). Note-se também que a sentença em (10a), que não licencia independentemente próclise ao advérbio, como se vê em (10b), claramente contrasta com (8), na medida em que ou é simplesmente inaceitável ou indicativa de registro formal/escrito.

(8) O João foi-se embora.

(9) S'embora, pessoal!

(10) a. %Eu fui-me embora.

b. \*M'embora!

Em (7) e (9), vimos que o sistema proclítico do PB desecandeou reanálises de clíticos pós-verbais, criando novos itens lexicais. Uma vez que se impôs em PB, esse sistema naturalmente também passou a impor restrições ao surgimento de novas palavras. Gírias são exemplos claros dessas restrições. Em PB, há um sensível contraste nos pares de sentenças em (11) e (12).

(11) a. João se tocou.

b. João tocou-se.

(12) a. João se mancou.

b. \*João mancou-se.

(11a) pode significar que João se apalpou ou, enquanto gíria, que João se apercebeu de uma situação; já (11b) só pode ter o primeiro significado. Como a forma reflexiva de *mancar* só é usada como gíria (com significado semelhante a (11a)), esse uso gera um resultado aceitável em (12a), mas inaceitável em (12b). Uma possível explicação para essa assimetria poderia ser a incompatibilidade entre o uso de gíria e o registro formal associado à ênclise. Embora essa incompatibilidade seja um fator relevante, os dados em (13) abaixo sugerem que gírias envolvendo verbos reflexivos em PB na verdade tratam o reflexivo proclítico como um tipo de prefixo, podendo alimentar derivações morfológicas.<sup>6</sup> E passando de exemplos com gírias

---

<sup>6</sup> A reanálise do clítico como um tipo de prefixo também pode ser observada nos casos em (i), em que a última sílaba do verbo *foder* é apagada presumivelmente para se evitar uma palavra “tabu”. Ainda mais interessante é o caso apontado por Raquel Santos (comunicação pessoal) em (ii), em que o clítico reflexivo não está em distribuição complementar com o “prefixo reflexivo”.

(i) a. Aí ele [sifu]

b. %Aí eu [mifu]

(ii) %Aí eu me [sifu]



para exemplos literários, é interessante observar que Monteiro Lobato descreveu Emília como uma boneca “semostradeira” e Érico Veríssimo caracterizou os Terra como não gostando de “gentes semostradeiras”.

- (13) a. O João precisa de um setocômetro.                    (*se tocar > setocômetro*)  
      b. O João tá precisando tomar semancol.                (*se mancar > semancol*)

Finalmente, gostaria de retomar a posição dos advérbios de ênfase em relação ao verbo. Martins (1993) mostra que, em posição proclítica, advérbios com *lá* em PE funcionam como marcadores de ênfase e não exercem nenhuma função locativa, como ilustra o contraste entre (14a) e (14b) em PE:

- (14) a. Lá vou amanhã (embora/para Lisboa)  
      b. Vou lá amanhã (\*embora/\*para Lisboa)

Como demonstra Martins (1993), construções enfáticas como (14a) são bem mais restritas em PB. O que singulariza o português triangulino em relação aos outros dialetos de PB é que uma vez esvaziado de seu conteúdo enfático, o advérbio *lá* em posição proclítica (presumivelmente uma forma pronominal fraca no sentido de Cardinaletti e Starke 1999) se fossilizou como um prefixo aos verbos *ir* e *vir* para algumas pessoas e tempos, como

ilustrado em (15) abaixo.<sup>7</sup> (16) mostra que tal prefixo não tem valor locativo, uma vez que não exclui um adjunto locativo.

- (15) a. 1SG: lei-vou; lei-ia; lei-vinha  
b. 3SG. lei-vai/lai-vai; lei-vem; lei-vinha

(16) Quando ele lei-ia morrendo naquele lugar, ele acordou.

Em suma, os arcaísmos e inovações no português triangulino discutidos acima são bastante reveladores na medida em que expõem de maneira transparente que o sistema proclítico do PB se solidificou de tal forma que pode até dar margem a reanálises de formas pronominais proclíticas como prefixos verbais.

Passemos agora a examinar triangulismos relacionados ao sistema de concordância nominal do PB.

### 3. Triangulismos no Domínio do Sintagma Nominal

Um outro aspecto em que PB e PE claramente diferem diz respeito à concordância nominal. Em PB, a marca de plural pode ser realizada apenas no determinante (Scherre 1991, entre outros), como ilustrado em (17). Essa característica por sua vez tem conseqüências significativas para toda a gramática do PB, como veremos abaixo.

---

<sup>7</sup> Maura Rocha (comunicação pessoal) me informa que formas verbais como (15) são atestadas até em redações de vestibular, indiretamente retratando o quanto essas construções estão entranhadas no português triangulino.

- (17) a. Aquelas menina  
b. os menino

Do ponto de vista semântico, o padrão de concordância em (17) dá origem a construções como (18), em que surpreendentemente encontramos um sintagma singular “nu” (*bare singular*) na posição de objeto ao invés de um sintagma plural “nu” (*bare plural*), que é obrigatório em PE, como ilustrado em (19).

- (18) PB:  
a. O João nunca compra livro.  
b. O João gosta de laranja.

- (19) PE:  
a. PE: O João nunca compra livros.  
b. O João gosta de laranjas.

Plurais nus como em (19) podem ser analisados como envolvendo um determinante indefinido plural, que no caso de PE e inglês, por exemplo, é foneticamente nulo, mas que em línguas como o francês, por exemplo, é foneticamente realizado, como ilustrado em (20).

- (20) Jean a acheté des livres.

Ora, se em PB a marca de plural pode estar presente somente no determinante, como vimos em (17), não é de se estranhar que plurais nus em que o determinante é nulo não vão

apresentar nenhuma marca de plural foneticamente realizada, como se vê em (18). Em outras palavras, a emergência do padrão de concordância em (17) tornou a codificação de indefinidos plurais em PB bastante peculiar (Müller 2002, entre outros).<sup>8</sup>

Essa falta de transparência entre a morfologia e a semântica, por sua vez, levou a reanálises de nome compostos envolvendo indefinidos plurais. Assim, enquanto PE mantém o plural em formas compostas como exemplificado em (21a), PB opta pela ausência de morfologia de plural, como ilustrado em (21b).

(21) a. *PE*: quebra-cabeças; saca-rolhas; abre-latas

b. *PB*: quebra-cabeça; saca-rolha; abridor de lata

O padrão de concordância em (17) teve ainda conseqüências adicionais para a gramática do português triangulino como um todo.<sup>9</sup> Consideremos a alternância de vogais ilustrada em (22) abaixo, por exemplo, em que uma regra de redundância lexical associa o traço [plural] à abertura da vogal acentuada. Uma vez que em PB, a marca de plural pode ser expressa apenas no determinante, a regra de redundância deixa de se aplicar, gerando

---

<sup>8</sup> É interessante observar que, apesar de construções com “discordância” morfologicamente expressa como em (17) e construções com “discordância” inexpressa como em (18) serem resultado do mesmo padrão de concordância nominal em PB, só as primeiras são estigmatizadas sociolingüisticamente.

<sup>9</sup> Dados como (17), (18) e (21b) fazem parte da gramática de todos os dialetos de PB. Já alguns dos dados do português triangulino a serem discutidos abaixo com certeza não são compartilhados por outros dialetos.

construções como (23), em que o sintagma como um todo é plural, mas a vogal da raiz de *ovo* e *porquinhos* se mantém fechada.

- (22) a. ovo (ô) / ovos (ó)  
b. porquinho (ô) / porquinhos (ó)

- (23) a. uma dúzia de ovo (ô)  
b. a história dos três porquinho (ô)

Distinguindo-se de outros dialetos, o português triangulino também estendeu o padrão de concordância em (17) ao determinante *que*, como ilustrado em (24), uniformizando o paradigma.

- (24) a. Ques livro você comprou?  
b. Mas ques coisa interessante!

Dialetos vizinhos, como o de Goiás, também registram esse padrão, como ilustrado em (25), atestado no conto *A Ilha dos Gatos Pingados* de J. J. Veiga.

- (25) Ques índio?

Finalmente, o padrão de concordância em (17) deu origem a algumas reanálises lexicais. A palavra *cadeiras*, por exemplo, caiu totalmente em desuso em PB com o significado

de ‘quadris’. No dialeto triangulino, essa palavra ainda sobrevive, mas modificada para *escadeira*. Essa modificação presumivelmente se deu como retratado em (26).

- (26) a. A Maria está com dor nas cadeiras.  
b. A Maria está com dor nas cadeira.  
c. A Maria está com dor na escadeira.

Consideremos o padrão clássico de concordância em (26a). /s/ em *cadeiras*, da mesma forma que em *tesouras*, *calças*, *óculos* ou *cuecas*, por exemplo, é uma marca de plural do ponto de vista morfológico, mas não do ponto de vista semântico. A uniformização do paradigma em direção ao singular como em *a tesoura*, *o óculos*, *a calça* e *a cueca* deve ter então exercido certa pressão para a queda da marca de plural de *cadeiras*. Se isso tiver ocorrido, o padrão em (26b) em algum ponto passou a ser fonologicamente ambíguo. Por um lado, a seqüência *nas cadeira* podia ser analisada com um exemplo do padrão geral de marcação de plural apenas no determinante (cf. (17)). Por outro lado, uma vez que *cadeiras* estava perdendo sua marca de plural e, portanto, requerendo um determinante singular, o /s/ do determinante em *as cadeira* passou a ficar “sobrando” para os falantes que estavam uniformizando o paradigma em direção ao singular. Nada mais natural então que esse fonema fosse reinterpretado como parte da palavra seguinte, cunhando-se *escadeira*, que por sua vez pode perfeitamente ocorrer num sintagma nominal singular, como exemplificado em (27).

- (27) Eu tou com uma dor na minha escadeira!

Uma outra reanálise envolve o plural de *olho*, que também envolve abertura de vogal, como se vê em (28) abaixo. No dialeto triangulino e em outros dialetos, as duas formas podem apresentar uma redução silábica, acompanhada de ditongação, mantendo a abertura da vogal, como ilustrado em (29).

(28) o olho (ô) / os olhos (ó)

(29) a. o ôi

b. os ói

O interessante é que a silabificação da fricativa com o substantivo em (29b) parece ter desencadeado uma relexicalização da palavra *olho*, com a incorporação de /z/ à raiz, como sugerem as palavras derivadas em (30).<sup>10</sup>

(30) a. Que bicho zoiudo!

b. Vou dar um zoiadinha pra ver o que que tá acontecendo.

c. Pára com essa zoição!

---

<sup>10</sup> Consistente com essa reanálise é também o fato de haver um grande constraste entre (ia) e (ib), embora em ambos os casos o numeral precedendo o nome não termina em *-s* e, portanto, não há ressilabificação em jogo.

(i) a. um monstro de quatro zói

b. \*um monstro de quatro “zorelha”

#### 4. A título de fecho

Expressões cristalizadas, arcaísmos e gírias podem ser extremamente reveladores de propriedades gramaticais arraigadas nos vários estágios de uma língua. A exploração de alguns triangulismos empreendida acima vem demonstrar com evidências dessa natureza que, tanto no domínio verbal quanto no nominal, PB tem uma gramática substancialmente diferente de PE.

Entre as inúmeras qualidades acadêmicas da Prof.<sup>a</sup> Mary Kato que despertam admiração unânime entre os que conhecem o seu trabalho, a sua capacidade de enxergar dados “gozados” — como ela descreve — sempre me chamou a atenção. Esta minha modesta homenagem à Mary é, na verdade, um exercício de tentar enxergar com olhos Katianos alguns dados “gozados” do meu dialeto.

#### Referências Bibliográficas

- Cardinaletti, Anna e Michal Starke. 1999. The typology of structural deficiency: a case study of the three classes of pronouns. Em van Riemsdijk (ed.), *Clitics in the languages of Europe*. Berlin: Mouton de Gruyter, 145-233.
- Corrêa, Vilma. 1991. Objeto nulo no português do Brasil. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Cyrino, Sônia. 1993. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. Em Roberts e. Kato (eds), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 163-184.



- d'Albuquerque, Alair. 1984. "A perda dos clíticos num dialeto mineiro". *Tempo Brasileiro* 78/79. 97-121.
- Duarte, M. Eugênia. 1986. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Ferreira, Marcelo. 2000. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Galves, Charlotte. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Kato, Mary. 1993. The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese. Em Ashby *et alii* (eds.), *Linguistic perspectives on the Romance languages*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamin
- Martins, Ana Maria. 1993. Focus and clitics in European Portuguese. *University of Maryland Working Papers in Linguistics* 1. 57-65.
- Martins, Ana Maria. 1994. *Clíticos na história do português*. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa.
- Müller, Ana. 2002. Nomes nus e o parâmetro nominal no português brasileiro. *Revista Letras UFPR*. 58. 331-344.
- Nunes, Jairo. 1993. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. Em Roberts e. Kato (eds), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. 207-222.
- Pagotto, Emílio. 1993. Clíticos, mudança e seleção natural. Em Roberts e. Kato (eds), *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. 185-

206.

- Raposo, Eduardo. 1986. On the null object in European Portuguese. Em Jaeggli e Silva-Corvalán (eds), *Studies in Romance linguistics*. Dordrecht: Foris.
- Scherre, M. Marta. 1991. Reanálise da concordância nominal em português. *Boletim da ABRALIN* 11. 97-124.